

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO LOTE GLOBAL

I - DO PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS -SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Felipe Schmidt, nº 1435, Bairro Centro, neste município de Catanduvas - SC, CEP 89.670-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.414/0001-45, por intermédio da Secretária Municipal de Assistência Social e Gestora, Sra. Janete Couto de Oliveira, portadora da Cédula de Identidade nº 1.828.721 SSP/SC e inscrita no CPF/MF sob o nº 753.033.459-04, como órgão gerenciador, torna público para conhecimento dos interessados que, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que realizará licitação, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, MENOR PREÇO LOTE GLOBAL, destinado ao contratação de empresa especializada para capacitação e apoio técnico para secretaria de Assistência Social, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 2.651/2020, de 02/09/2020, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, acordo com as condições estabelecidas neste Edital. www.portaldecompraspublicas.com.br, a qual será processada e julgada pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe, cuja proposta deve ser apresentada até o dia e hora abaixo especificados:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 07h00min do dia 16/05/2023 até as 08h30min do dia 30/05/2023 (horário de Brasília – DF).

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 08h40min do dia 30/05/2023 (horário de Brasília – DF). INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08h40min do dia 30/05/2023 (horário de Brasília – DF). PLATAFORMA ELETRÔNICA: www.portaldecompraspublicas.com.br – acesso identificado

II - DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

- 2.1 A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada para o desenvolvimento de ações de capacitação, supervisão e apoio técnico para Secretaria de Assistência Social do Município de Catanduvas SC, de acordo com o termo de referência, conforme especificações constantes do Anexo "I" deste Edital.
- 2.2 Sem prejuízo das publicações necessárias, qualquer alteração, modificação ou informação referente ao edital em questão, estará disponível no site supracitado, cabendo aos interessados inteira responsabilidade de





acompanhar as informações prestadas pelo Município, não cabendo aos mesmos, alegar desconhecime<mark>nto</mark> sobre quaisquer informações prestadas com referência ao edital em questão.

III – DA PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Poderão participar do presente pregão eletrônico as empresas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital, e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 3.2 Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 3.3 Não poderão participar da presente licitação, empresas que estejam cumprindo as sanções previstas no art. 87, III e IV da Lei Federal 8.666/93, nos casos de suspensão, desde que tenham sido penalizadas pela Administração Pública, bem como empresas nas seguintes condições:
- a) com falência decretada;
- b) em consórcio;
- c) estrangeiras.

IV - DA REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

- 4.1 Para participar do pregão, o licitante deverá se credenciar no Sistema "PREGÃO ELETRÔNICO", através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 4.1.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
- 4.1.2 O credenciamento do licitante junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 4.2 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Catanduvas SC, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

V – DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.





- 5.2 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.3 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 5.4 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.5 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 5.6 Ocorrendo adendos, erratas e/ou republicações do edital, que acarretem na alteração de data de abertura do certame, cabe as licitantes interessadas a atualização da documentação de habilitação já cadastrada, caso julgar necessário.
- 5.7 A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da documentação de habilitação e da proposta de preços, contendo marca/modelo, valor unitário e valor total de cada item, e demais informações necessárias, até o horário previsto no preambulo deste Edital.
- 5.7.1 Em não havendo campo especifico para digitação do modelo, esse poderá ser digitado no mesmo campo designado para marca.
- 5.7.1.1 A ausência de indicação do modelo não ensejará a desclassificação da proposta, a qual deverá ser sanada na apresentação da proposta atualizada.
- 5.7.2 A proposta de preços será formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.
- 5.7.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão declarar, sob as penas da Lei, que se enquadram nas hipóteses do Art. 3° da Lei Complementar nº 123/2006, clicando no campo próprio previsto na tela de envio das propostas.
- 5.7.3.1 No caso da proponente ser Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá apresentar para credenciamento Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com o artigo 8° da Instrução Normativa DRNC n° 103/2007, vigente na data de abertura da licitação indicada no item 1.1 As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3° da Lei Complementar 123/2006.
- 5.7.3.2 Caso a certidão requerida no item 5.7.3.1 não apresente data de validade estabelecida pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de sua emissão.
- 5.7.4 Para fins de comprovação do enquadramento como Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte a licitante poderá apresentar ainda o Cartão CNPJ, que contenha a indicação de seu porte (ME/ EPP).





- 5.7.5 Todo benefício previsto nesta Lei Complementar nº 123/2006 aplicável à microempresa estende-se ao MEI, conforme determina o § 2° do artigo 18-E.
- 5.8 A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.
- 5.9 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico.
- 5.10 Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no Anexo I deste Edital, serão desconsiderados.
- 5.11 Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:
- a) Preço unitário de cada item em moeda corrente nacional, em algarismos e com no máximo duas casas decimais após a vírgula;
- b) Marca e especificações detalhadas do objeto ofertado, consoante às exigências editalícias.
- 5.11.1 Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, entregas parceladas que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação.
- 5.12 Fica estabelecido prazo não inferior a 90 (noventa) dias consecutivos, como prazo de validade das propostas, nos termos do artigo 6º da Lei Federal nº 10.520/2002 o qual será contado a partir da data da sessão de abertura dos envelopes nº 01, estabelecida no item 1.1 deste Edital. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.
- 5.12.1 A licitante contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta.
- 5.13 Poderão ser admitidos pelo Pregoeiro erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.
- 5.14 Os licitantes poderão participar com uma única marca por item, sob pena de desclassificação.
- 5.15 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir, ou criar direitos, sem previsão expresso no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta que não for conflitante com o Edital.
- 5.16 No caso da licitante apresentar em sua Proposta de Preços item com características semelhantes e aproximadas ao indicado neste edital, numa variação de até 5 % (cinco inteiros por cento), caberá ao Pregoeiro (a) realizar diligências junto à Secretaria solicitante no intuito de comprovar que o item atende às necessidades desta.

VI – DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO

6.1 - O Pregoeiro(a), via sistema eletrônico, dará início à sessão pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta.





VII – DO MODO DE DISPUTA

- 7.1 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**aberto**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o lote, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida no lote, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.5 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.6 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.7 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.8 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.9 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.10 O critério de julgamento adotado será o de menor preço global (por lote único), conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.11 Após o enceramento do lote único, caso o vencedor não seja uma empresa beneficiada pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, e existindo empate com empresas beneficiadas, será enviada uma mensagem para o chat informando a ordem de classificação para o desempate (o intervalo percentual considerado como empate, estabelecido na Lei, é de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço ofertado).
- 7.12 Para cada empresa dentro do limite de empate, será concedido o tempo de 05 (cinco) minutos para ofertas de novos lances ou para a desistência, na ordem de classificação apresentada, sendo enviada mensagem sobre esta situação para o chat. Neste intervalo de tempo, as empresas interessadas em usufruir dos benefícios deverão dar seus lances.
- 7.13 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances retornando, ao Pregoeiro, quando possível sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.13.1 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão Eletrônico será suspensa, e terá início somente após a comunicação expressa aos participantes.





7.14 - Após o fechamento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance com menor valor obtido, ou decidir sobre a sua aceitação.

VIII - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 8.1 Após análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor.
- 8.2 Na hipótese da proposta ou do lance de menor preço global não ser aceito, ou se o licitante vencedor desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço global, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 8.3 Sendo suscitada alguma dúvida quanto ao objeto proposto pelo(s) licitante(s) vencedor(es), em razão das especificações indicadas na proposta, o Pregoeiro poderá solicitar ao licitante declaração expedida pela empresa, de que o objeto possui as características indicadas na proposta, como condição necessária para adjudicação do objeto.
- 8.3.1 O licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, estará sujeito à desclassificação do item proposto.

VIX - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 9.1 A Documentação de Habilitação da licitante vencedora será verificada mediante apresentação dos documentos abaixo, em formato PDF legível, os quais devem ser encaminhados conjuntamente à proposta:
- a) Ato constitutivo, certificado da condição de microempreendedor individual CCMEI, estatuto ou contrato social consolidado, em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada.

9.2 - REGULARIDADE FISCAL

- a) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (ABRANGENDO CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS);
- b) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;
- c) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante:
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011.
- 9.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA





- a) Certidão negativa falência e concordata, recuperação judicial expedida pelo Cartório Distribuidor da pessoa jurídica, contendo expresso na própria certidão o prazo de sua validade. No caso da empresa estar sediada neste Estado, nos seguintes endereços: https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro do e https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro do e https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro do e https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro do e https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro do e https://esaj.tjsc.jus.br uma delas deve ser obtida no SAJ5 e a outra no sistema EPROC.
- a.1) Para as empresas que optarem de participar através de filial, deverá também ser apresentada certidão negativa para com o cartório/comarca onde se encontra instalada a filial.
- a.2) Na falta de validade expressa na Certidão Negativa, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 60 (sessenta) dias de sua emissão.

Obs.: Ainda que não solicitada em edital, a comprovação no momento do certame, as empresas se obrigam a atender integralmente todas a legislações/obrigações vigentes pertinentes as atividades e/ou produtos por ela comercializados, podendo ser solicitado a qualquer tempo prova do atendimento, devendo à empresa apresenta-los em um prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação formal, sob pena de rescisão do contrato e aplicação das penalidades nele previstas.

9.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: Em anexo aos documentos de habilitação do presente processo licitatório deverão ser encaminhados:

- a) Declaração formal de que aceitar as normas contidas no presente edital, de que tomou conhecimento de todas as informações e condições legais para o cumprimento das obrigações do objeto da presente licitação, assinado pelo representante legal da empresa;
- b) Apresentação de no mínimo 02 (dois) atestados de capacidade técnica, que comprove aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível ao objeto do presente edital, expedido por pessoa jurídica de direito público;
- c) Declaração ou espelho obtido junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas CEI, que a empresa não está impedida de contratar com a Administração Pública, obtida no site: https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/
- d) Dados para elaboração do futuro contrato, conforme modelo do anexo "IX"

9.5 - OUTRAS COMPROVAÇÕES:

- a) Declaração de Atendimento a Legislação Trabalhista de proteção à criança e ao adolescente, conforme anexo V;
- b) Declaração de Idoneidade, conforme anexo VI;
- c) Declaração de que não há superveniência de fato impeditiva para a habilitação da proponente, sob as penas cabíveis, nos termos do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, conforme modelo do Anexo IV;
- d) Declaração de responsabilidade, conforme anexo VIII;
- 9.5.1. Em caso de dúvida quanto ao atendimento das exigências, a sessão prosseguirá, em respeito ao princípio da competitividade, sendo, após o término da sessão, realizada diligências para análise das especificações técnicas.
- 9.6 Para facilitar o contato, solicitamos constar ainda as seguintes informações:
- a) Indicação de Preposto (nome, CPF, cargo/ função, telefone e e-mail);





- a.1) O Preposto indicado será responsável por todos os contatos necessários a plena execução do contrato.
- a.2) Caso necessário deverá ser apresentada, para assinatura do contrato, procuração do indicado acima.
- 9.7 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de duas horas, sob pena de inabilitação.
- 9.7.1 De acordo com a documentação complementar exigida, poderá o Pregoeiro, dilatar o prazo para apresentação dos mesmos.
- 9.8 Caso a licitante apresente para habilitação, Contrato Social arquivado e emitido pelo site da Junta Comercial, o mesmo será autenticado.
- 9.8.1 Caso encontre-se com status "expirado" e não seja possível a verificação de sua autenticidade, restará a licitante pré-habilitada, devendo esta apresentar contrato social em vigência para aferição das informações pertinentes, não sendo aceita qualquer alteração contratual que devesse constar para habilitação.
- 9.9 As licitantes poderão substituir os documentos referidos nas alíneas "a" a "e" do item 9.2, por Certificado de Registro Cadastral CRC expedido pela Comissão de Registro Cadastral de Licitantes do Município de Catanduvas SC ou pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF do Poder Executivo Federal.
- 9.9.1 A condição de validade do Certificado de Registro Cadastral apresentado pelos licitantes está atrelada à manutenção de sua regularidade junto ao respectivo órgão cadastrador. Desta forma, no curso do julgamento da fase de habilitação, o Pregoeiro averiguará a situação cadastral dos licitantes através da Internet, no caso de CRC's expedidos pelo SICAF, ou junto ao Cadastro de Licitantes do Município de Catanduvas SC, inabilitando aqueles cujo CRC estiver cancelado, suspenso, vencido ou, ainda, quando toda a documentação apresentada para o competente cadastramento não estiver em plena vigência.
- 9.10 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida no item 9, mesmo que os documentos exigidos nas alíneas "a" a "e", relativas à regularidade fiscal, apresentem alguma restrição. 9.10.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, alíneas "a" a "e", será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa e entrega destas certidões ao Setor de Compras e Licitações.
- 9.10.2 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no Item 9.10.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 9.11 Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.





9.11.1 - Faculta-se à Comissão Permanente de Licitação e/ou Pregoeiro (a) a diligência para comprovação da autenticidade dos documentos apresentados.

X - DO PARECER TÉCNICO

- 10.1 Para efeito de adjudicação deste Pregão, se necessário, o Pregoeiro encaminhará o processo à Secretaria Municipal solicitante, a fim de que seja emitido Parecer Técnico referente à proposta vencedora.
- 10.2 Ocorrendo a desclassificação da empresa vencedora, os autos serão devolvidos ao Pregoeiro, para que este realize nova negociação com as demais empresas, obedecendo-se à ordem de classificação, por menor preço por item.
- 10.3 Somente após tal procedimento, o Pregoeiro fará a adjudicação à empresa vencedora.

XI – DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

- 11.1 Qualquer cidadão poderá impugnar os termos do presente Edital, por irregularidade na aplicação das Leis Federais nº 10.520/02 e 8.666/93, protocolando o pedido até 03 (três) dias úteis anteriores da data fixada para abertura da Sessão Pública, no endereço discriminado no preâmbulo deste Edital, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis.
- 11.2 Decairá o direito de impugnar os termos do presente Edital a LICITANTE que não apontar as falhas ou irregularidades nele supostamente existentes até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a abertura da Sessão Pública, ficando esclarecido que a intempestividade comunicação do suposto vício não poderá ser aproveitada a título de recurso.
- 11.3 A impugnação feita tempestivamente pela LICITANTE não impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o transito em julgado da decisão a ela pertinente.
- 11.4 Acolhida impugnação contra o Edital será designada nova data para a realização do certame, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 11.5 A impugnação, por parte da LICITANTE deverá ser feita exclusivamente por meio de formulário eletrônico.

XII - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 12.1 Caberá recurso nos casos previstos na Lei nº 10.520/02, devendo o licitante manifestar, motivadamente, sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando, sucintamente, suas razões após o término da sessão de lances.
- 12.1.1 A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.
- 12.2 O licitante que manifestar a intenção de recurso e a mesma ter sido aceita pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias consecutivos para a apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema,





que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar <mark>as</mark> contrarrazões em igual número de dias.

- 12.3 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso, e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao licitante vencedor.
- 12.4 O recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.
- 12.5 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.6 Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou entregues pessoalmente.
- 12.7 Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, os termos desta licitação, o licitante que, aceitando-os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

XIII - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1 A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro, sempre que não houver recurso.
- 13.2 Para adjudicação será verificada a manutenção das condições de habilitação da licitante vencedora.
- 13.2.1 Caso haja alguma irregularidade, nos termos do item acima, será concedido prazo de 03 (três) dias úteis para regularização, sob pena de inabilitação.
- 13.3 A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente, e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

XIV – DO CONTRATO E RESPECTIVA VIGÊNCIA

- 14.1 Após a homologação do resultado, será(ão) a(s) vencedora(s) notificada(s) e convocada(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, assinar(em) o pertinente contrato (minuta constante do Anexo II), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 16, deste Edital.
- 14.1.1 A licitante que convocada para assinar o contrato e deixar de fazê-lo no prazo fixado, fica sujeito às sanções e penalidades previstas na lei 8.666/93.
- 14.2 O encaminhamento do mesmo para assinatura poderá ser feita através de forma eletrônica, valendo-se para tanto do e-mail do preposto indicado na Proposta de Preços.
- 14.3 Por ocasião da assinatura do contrato, será verificada a manutenção das condições de habilitação da contratada.
- 14.3.1 Caso haja alguma irregularidade, nos termos do item acima, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização, sob pena de rescisão contratual.
- 14.4 No ato de formalização do contrato, deverá a licitante vencedora indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Administração poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras comunicações.





- 14.5 A vigência do contrato que se originará deste processo licitatório será até 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente.
- 14.6 Caso o contrato, por qualquer motivo, não venha a ser assinado, a licitante subsequente, na ordem de classificação, será notificada para nova Sessão Pública, na qual o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

XV – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 15.1 A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.
- 15.2 A rescisão contratual poderá ser:
- 15.2.1 Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/1993;
- 15.2.2 Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração;
- 15.2.3 Judicial, nos termos da legislação.

XVI – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

- 16.1 A empresa sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste Edital ou em outros que o complementem, as seguintes penalidades, assegurada a defesa prévia:
- a) Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do Município de Catanduvas SC pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- b) Advertência;
- c) Em caso de inadimplemento contratual, ficará sujeita à multa, conforme o contrato;
- d) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a administração por um período de 2 (dois) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 16.2. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação pela recusa da CONTRATADA em assinar o Termo de Contrato, quando cabível, ou retirar a autorização de fornecimento, dentro do prazo estabelecido;
- 16.3. Incide na mesma multa prevista no subitem anterior a CONTRATADA que estiver impedida de assinar o Termo de Contrato ou retirar a autorização de fornecimento pela não apresentação dos documentos devidamente atualizados, solicitados, deste contrato.





XVII – DO PRAZO, FORMA E LOCAL DA PRESTAÇÃO DO OBJETO

- 17.1 O objeto da licitação deverá ser prestado junto a Secretaria Municipal de Assistência social e Habitação, neste município. A prestação dos serviços, deverá acontecer em horário de expediente, de segunda a sexta-feira e deverá ser acompanhada por servidor competente do Município de Catanduvas SC. O prazo de vigência dos serviços será imediato após a assinatura da homologação do processo licitatório e envio da Solicitação de Fornecimento (SF).
- 17.2 Será dado como retirada / recebida, a Nota de Empenho ou Solicitação de Fornecimento (SF), enviada via correio eletrônico (e-mail).
- 17.3 Constatadas irregularidades no objeto da licitação, a empresa terá um prazo de 48 (quarenta e oito) horas para sanar as irregularidades e/ou correção das irregularidades, contados do envio de e-mail de apontamento.
- 17.4 Por ocasião da entrega/execução, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome e a assinatura do servidor responsável pelo recebimento.

XVIII - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista no Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
- II Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.





III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, a licitante contratada, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

XIX -DO VALOR ORÇADO E DO PREÇO MÁXIMO

- 19.1 O valor total orçado para locação de sistema de gestão pública web, objeto desta licitação, corresponde ao montante global de R\$67.200,00 (sessenta e sete mil e duzentos reais).
- 19.2 O valor discriminado no Termo de Referência Relação Global (Lote Único) devem ser considerados pelas licitantes como preço máximo a ser admitido no presente certame, sob pena de desclassificação.

XX - GARANTIA

20.1 - A licitante vencedora deverá prestar atendimento, durante o prazo de vigência do futuro contrato.

XXI - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 21.1 O pagamento será efetuado mediante recebimento definitivo (devidamente atestada pelo responsável pelo recebimento do bem entregue, apresentação e aceitação da nota fiscal/fatura (devidamente atestada pelo responsável pelo recebimento do bem entregue).
- 21.2 Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar nota fiscal, de acordo com a Nota de Empenho/Solicitação de Fornecimento, indicando o objeto a ser fornecido, quantidade, preço unitário, preço, número deste processo licitatório, número da modalidade, do contrato, número da SF, além de constar os dados bancários (Banco, Agência Bancária e Conta Corrente em nome da Contratada).
- 21.3 Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
- 21.4 Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.
- 21.5 A Nota Fiscal/Fatura que for apresentada com erro será devolvida ao detentor, para retificação ou substituição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 2.1, a partir da data de sua reapresentação.

XXII - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

22.1 - A Contratada encaminhará relatório dos trabalhos efetuados de forma detalhada a comprovar a execução dos trabalhos, assim como a respectiva nota fiscal de prestação dos serviços à Prefeitura, que atestará o recebimento dos mesmos e encaminhará à Contabilidade para que se proceda o pagamento até o 12º dia útil, do mês subsequente ao





qual foram efetuados os serviços.

22.2 - As despesas decorrentes da execução dos serviços, objeto desta licitação, correrão à seguinte dotação prevista na Lei Orçamentária do Exercício vigente:

| Projeto/Atividade | Despesa/Ano | Descrição |
|--------------------------------|-------------|---|
| 11.001.08.244.0017.2035.3.3.90 | 86/2023 | Bloco de Proteção Social Básica |
| 11.001.08.244.0017.2036.3.3.90 | 89/2023 | Bloco de Proteção Social Especial de Média Complexidade |

XXIII - DOS REAJUSTES E REPACTUAÇÕES

23.1 - O preço proposto pela licitante vencedora é fixo e irreajustável, durante a vigência contratual inicialmente prevista. No entanto, na hipótese de se efetivar a prorrogação prevista no subitem 14.3 deste Instrumento, o preço será reajustado com base no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), conforme Decreto Municipal nº 2.686/2021, de 21 de janeiro de 2021, calculado e publicado pelo IBGE. Tal reajuste será efetuado com base nos últimos 12 (doze) meses consecutivos, contados da data final prevista para apresentação da proposta de preços.

XXIV - DA FISCALIZAÇÃO

24.1. Designa como fiscal deste contrato a servidora Rosane de Oliveira, para acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do objeto deste processo, a qual ficará responsável pelo encaminhamento da autorização de pagamento junto ao setor de contabilidade do Município.

XXV - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 25.1 É facultado ao pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.
- 25.2. A critério da Administração, o objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o artigo 65, § 1º, da lei n. 8.666/93.
- 25.3. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste pregão, sujeitandose a licitante às sanções previstas no artigo nº 7, da Lei nº 10.520/02.
- 25.4. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio.
- 25.5. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.
- 25.6. O Município de Catanduvas SC, através da autoridade competente, reserva-se o direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.
- 25.7. É de exclusiva responsabilidade das proponentes ou interessadas, a verificação no site do Município de Catanduvas SC: www.catanduvas.sc.gov.br sobre eventuais alterações no presente edital.
- 25.8. As licitantes participantes deste certame licitatório desde já declaram, sob a pena prevista no parágrafo único do artigo 97, da Lei nº. 8.666/93, não estarem declaradas inidôneas ou suspensas de participação em licitações, por





qualquer entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer das esferas de governo, nos termos dos incisos III e IV, do artigo 87, do referido diploma legal.

25.9 - Integram o presente Edital:

ANEXO I – Termo de Referência – Relação Global (Lote único);

ANEXO II – Minuta do Contrato ou instrumento equivalente;

ANEXO III - Declaração de fatos impeditivos;

ANEXO IV – Declaração de Atendimento a Legislação Trabalhista de proteção à criança e ao adolescente;

ANEXO V - Declaração de Idoneidade;

ANEXO VI – Modelo de proposta comercial para o licitante vencedor

ANEXO VII - Declaração de que não integra seu corpo social, nem em seu quadro funcional, empregado público, membro comissionado de órgão direto ou indireto da administração municipal, ou parlamentar de qualquer esfera da administração

ANEXO VIII - Declaração de responsabilidade.

ANEXO IX - Dados para elaboração do futuro contrato.

Catanduvas - SC, 15 de maio de 2023.

JANETE COUTO DE OLIVEIRA Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação





ANEXO I TERMO DE REREFENCIA

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação consiste na "Contratação de empresa para o desenvolvimento de ações de capacitação, supervisão e apoio técnico especializado a secretaria municipal de assistência social, gestão do programa bolsa família, centro de referência de assistência social — CRAS centro de referência especializado de assistência social — CREAS, serviços de alta complexidade de crianças e adolescentes, conselho tutelar e demais instituições prestadora de serviços Socioassistencial do município de Catanduvas/SC, a fim de aprimorar a gestão municipal do suas, da rede de serviços Socioassistenciais e o atendimento à população em situação de vulnerabilidade e risco social", Conforme especificações e quantitativos estabelecidos abaixo:

ORÇAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica, sob o regime por preço global para prestar serviços de treinamento, capacitação, planejamento e supervisão técnica especializada às equipes técnicas vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social, ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), a rede de proteção à criança e adolescente, a fim de aprimorar a gestão e a oferta de serviços à população usuária.

LOTE ÚNICO

| ITEM | ATIVIDADES | UNID. | QUANT | PREÇO | PREÇO |
|------|--|-------|-------|----------|-----------|
| | | | | UNITÁRIO | TOTAL |
| 01 | Realização de serviço de treinamento, capacitação, | Hora | 190 | 240,00 | 45.600,00 |
| | planejamento e supervisão técnica especializada à | | | | |
| | Secretaria Municipal de Assistência Social e ao | | | | |
| | CRAS, com a realização das atividades que seguem: | | | | |
| | ✓ Supervisão técnica e oficinas de capacitação | | | | |
| | para equipe da gestão municipal do SUAS, | | | | |





| | <u></u> | 1 | | |
|----|---|----|--------|-----------|
| | em conformidade com a normativas vigentes; | | | |
| | ✓ Apoio técnico para atualização da legislação | | | |
| | e normativas regulamentadoras da política | | | |
| | de assistência social, dos conselhos e dos | | | |
| | serviços serviços socioassistenciais; | | | |
| | ✓ Oficinas de capacitação para equipes | | | |
| | técnicas da rede de serviços | | | |
| | socioassistenciais do SUAS da proteção | | | |
| | social básica, vinculadas ao CRAS; | | | |
| | ✓ Oficinas de capacitação para equipes | | | |
| | técnicas da rede de serviços | | | |
| | socioassistenciais do SUAS da proteção | | | |
| | social especial de média e alta | | | |
| | complexidade; ✓ Apoio técnico para elaboração de | | | |
| | instrumentais técnicos operativos para | | | |
| | implementação dos servidos | | | |
| | socioassistenciais; | | | |
| | ✓ Oficinas e apoio técnico para conselhos | | | |
| | vinculados administrativamente a Secretaria | | | |
| | Municipal de Assistência Social; | | | |
| | ✓ Supervisão técnica e oficinas de | | | |
| | planejamento operacional e monitoramento | | | |
| | do Plano Plurianual de Assistência Socia | | | |
| | (2022/2025); | | | |
| | ✓ Oficinas de capacitação e planejamento da | | | |
| | gestão intersetorial do Programa Auxílio | | | |
| | Brasil; | | | |
| | ✓ Realização de apoio técnico e palestra na | | | |
| | Conferência Municipal de Assistência Social | | | |
| 02 | Realização de serviços de capacitação, supervisão e | 90 | 240,00 | 21.600,00 |
| | apoio técnico especializado para a rede municipa | | | |
| | de proteção à criança e adolescente, com o | | | |
| | desenvolvimento de atividades voltadas: | | | |
| | ✓ Ao Comitê de Gestão Colegiada, abordando | | | |
| | suas funções e competências, conforme le | | | |







| | 13.431/2017, Decreto Federal nº 9.603/2018 e | | |
|---|---|--|---------------|
| | demais normativas municipais; | | |
| ✓ | Aos profissionais responsáveis pela realização | | |
| | do procedimento da entrevista da escuta | | |
| | especializada para crianças e adolescentes | | |
| ✓ | A implementação do Protocolo Municipal de | | |
| | atendimento às crianças e adolescentes vítimas | | |
| | ou testemunhas de violência e da 13.431/2017 | | |
| | para profissionais que atuam em instituições da | | |
| | rede municipal de proteção da criança e do | | |
| | adolescente. | | |
| ✓ | Capacitar servidores públicos e conselheiros | | |
| | municipais sobre o acolhimento da revelação | | |
| | espontânea de crianças e adolescentes vítimas | | |
| | de violência e o correto uso do fluxo municipal | | |
| | de atendimento protetivo e integrado. | | |
| | | | 67.200,00 |
| | | | |

1.2. O valor máximo proposto foi fundamentado através de pesquisa de preços com empresas da região e do mesmo ramo de atividade do objeto ora licitado.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. "Contratação de empresa para o desenvolvimento de ações de capacitação, supervisão e apoio técnico

especializado a secretaria municipal de assistência social, gestão do programa bolsa família, centro de referência de assistência social — CRAS centro de referência especializado de assistência social — CREAS, serviços de alta complexidade de crianças e adolescentes, e demais instituições prestadora de serviços Socioassistencial do município de Catanduvas/SC, a fim de aprimorar a gestão municipal do suas, da rede de serviços Socioassistenciais e o atendimento à população em situação de vulnerabilidade e risco social",

2.2.O órgão gestor da política municipal de assistência social, vem através deste apresentar a seguir as razões que amparam a exigência que a empresa vencedora do processo licitatório, tenha em seu quadro profissional com formação em pós-graduação Strictu Sensu em nível de doutorado na área de





Ciências Sociais Aplicadas ou Humanas, sendo este, responsável pela execução das atividades previstas do referido edital:

- 2.2.1. A regulamentação da Política Nacional de Recursos Humanos do SUAS Resolução CNAS n.º 269, de 13 de dezembro de 2006, que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social NOBRH/SUA para todo o território nacional.
- 2.2.2.A NOBRH/SUAS/2006, que prevê que compete a cada ente federado (...) contratar quadro de pessoal qualificado academicamente e por profissões regulamentadas por Lei (...); elaborar e implementar o plano de capacitação para os trabalhadores, os coordenadores de serviços, os conselheiros municipais, regionais e/ou locais de assistência social, com base nos fundamentos da educação permanente e nos princípios e diretrizes constantes nesta Norma, sendo deliberados pelos respectivos conselhos.
- 2.2.3. Considerando a necessidade a estruturação e oferta de serviços especializado de assistência social à indivíduos, famílias e segmentos sociais vítimas de violência e/ou violação de direito, a exemplo dos servidos que segue: a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); b) Serviço Especializado em Abordagem Social; c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.
- 2.2.4.A NOB/RH/2006, que compreende por formação permanente a formação profissional, a qualificação, a requalificação, a especialização, o aperfeiçoamento e a atualização. Referida normativa tem o objetivo de melhorar e ampliar a capacidade laboral do trabalhador, em função de suas necessidades individuais, da equipe de trabalho e da instituição em que trabalha, das necessidades dos usuários e da demanda social.
- 2.2.5. Diante da complexidade dos novos serviços a serem estruturados, bem como do aprimoramento e instrumentalização técnica-operativa exigida dos profissionais que compõe a atual equipe da secretaria de assistência social, justifica-se a necessidade da prestação de serviço por profissional que especializado com formação em pós-graduação Strictu Sensu em nível de doutorado para que de fato consigamos responder com as demandas sociais enfrentadas no cotidiano dos profissionais.
- 2.2.6. Acrescenta ainda, que já constitui-se prática de conhecimento público, a exigência em processos licitatórios, de profissionais com nível de doutorado, uma vez que há a oferta cada vez





maior por parte destes profissionais em nossa região, especialmente com atuação na prestação de serviços de capacitação, planejamento e elaborações de instrumentais técnico operativos com vistas ao aprimoramento dos serviços públicos ofertados pelos municípios.

2.3.A aquisição dos serviços acima elencados enquadra-se na classificação de bens e serviços comuns, nos termos do parágrafo único, do artigo 1º, da Lei 10.520, de 2002.

3- DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. Após o Processo Licitatório a Secretaria Municipal de Assistência Social juntamente com a empresa vencedora irá estabelecer o cronograma de execução.
- 3.2. Nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social, sito a Rua da Liberdade, 1524 centro-Catanduvas/SC, anexo ao Centro de Eventos.
- 3.10. Todas as despesas referentes à entrega do objeto ao município serão por conta da proponente, estas serão dadas como despesas previstas e/ou computadas na proposta.
- 3.11. A licitante, adjudicada no objeto do presente edital, comprometer-se-á integralmente pela boa qualidade dos serviços que prestar, aplicando no que couber o Código de Defesa do Consumidor.

4 - DO PAGAMENTO

- 10.1 A Prefeitura Municipal de Catanduvas SC efetuará o pagamento até o 12º dia do mês subsequente ao fornecimento, e mediante apresentação da Nota Fiscal eletrônica, e conforme disponibilidade de recursos, observada a ordem cronológica dos pagamentos nos termos do art. 5° da Lei n° 8.666/93 e Instrução Normativa Municipal n° 01/2011.
- 10.2 Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à contratada ou inadimplência contratual.
- 10.3 Qualquer erro ou omissão ocorridos na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.
- 10.4 Fica definido como fiscal desse contrato Rosane de Oliveira Diretora de Assistência Social.

5 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

5.1. As despesas decorrentes deste edital correrão por conta dos recursos consignados no orçamento da Secretaria de Assistência Social do Município.





6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. Permitir que os prepostos do município inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento do fornecimento dos serviços licitados.
- 6.2. Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o fornecimentos dos serviços licitados.
- 6.3. Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, próprios e de seus funcionários.
- 6.4. É de responsabilidade da empresa vencedora a entrega do objeto licitado, vedada a subcontratação parcial ou total de outra empresa com a mesma finalidade.
- 6.5. Responsabilizar-se integralmente pela entrega, nos termos da legislação vigente e exigências edilícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Secretaria solicitante.
- 6.6. Atender, de imediato, as solicitações relativas dos serviços que não atenda ao especificado.
- 6.7. Entregar os serviços no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.
- 6.8. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do serviços, reservando à Secretaria requisitante o direito de recusá-lo, caso não satisfaça aos padrões especificados.
- 6.9. Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da entrega dos serviços, seja por vício de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados.
- 6.10. Responder direta e exclusivamente pela execução do contrato de fornecimento, não podendo, em nenhuma hipótese, transferir a responsabilidade pelo fornecimento dos serviços a terceiros, sem o expresso consentimento da Secretaria Requisitante.
- 6.11. Responder por quaisquer danos ou prejuízos que venha, direta ou indiretamente, por sua culpa ou dolo, a causar à Secretaria requisitante ou a terceiros, durante a execução do contrato de fornecimento, inclusive por atos praticados por seus funcionários, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade da Secretaria requisitante, podendo este, para o fim de garantir eventuais ressarcimentos, adotar as seguintes providências:
- a) Dedução de créditos da licitante vencedora;
- b) Medida judicial apropriada, a critério da Secretaria Requisitante.





6.12. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- a) Responsabilizar-se pela solicitação em tempo hábil, das atividade a serem prestadas;
- b) Acompanhar e fiscalizar o andamento das atividades solicitadas e efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
- c) Rejeitar, os profissionais que estiverem em desacordo com as exigências deste Termo de Referência;
- d) Notificar por escrito à contratada, ocorrência de eventuais ausências, não cumprimento das atividades, fixando prazo para a sua correção;
- e) Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar seus serviços;
- f) Notificar a contratada, por escrito da aplicação de eventuais penalidades, garantido o contraditório e a ampla defesa, conforme previsto na Lei nº. 8.666/93.

Catanduvas – SC, 24 de março de 2023.

JANETE COUTO DE OLIVEIRA Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação





ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO PMC Nº /2023

Termo de Contrato, que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC e a Empresa ________, para contratação de empresa especializada para o desenvolvimento de ações de capacitação, supervisão e apoio técnico para Secretaria de Assistência Social do Município de Catanduvas - SC, de acordo com o termo de referência. (Processo Licitatório nº 0080/2023 - Pregão Eletrônico nº 0024/2023)

Pelo presente termo de Contrato que entre si fazem o Município de Catanduvas, pessoa jurídica de direito público, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, estabelecido na Rua da Liberdade, nº 1.524, Bairro Centro, neste município de Catanduvas – SC, CEP 89670-000, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 11.776.999/0001-81, representado pela Secretária Municipal de Assistência Social e Gestora, Sra. Janete Couto de Oliveira, portadora da Cédula de Identidade nº 1.828.721 SSP/SC e inscrita no CPF/MF sob o nº 753.033.459-04, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro a empresa _______, com sede na ______, ____, meste ato representada pelo(a) seu(ua) ______, Sr(a). ______, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _______ e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº ______, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o **Processo Licitatório nº 0080/2023**, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 0024/2023**, e que se regerá pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, atendidas as cláusulas a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada para o desenvolvimento de ações de capacitação, supervisão e apoio técnico para Secretaria de Assistência Social do Município de Catanduvas – SC, de acordo com o termo de referência, conforme especificações constantes do Anexo "I" deste Edital.





Rua Felipe Schimidt, 1435 | Centro | Catanduvas | SC CEP 89670-000 | Telefone: (49) 3525.6500





CLÁUSULA SEGUNDA - FORMA E LOCAL DE EXECUÇÃO

2.1. O objeto deste Contrato será executado a partir de sua assinatura, de forma contínua, até o termino da vigência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DO PRAZO PARA A EXECUÇÃO

- 3.1. O presente contrato terá prazo de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado em caso de interesse do CONTRATANTE conforme estipulado no art. 57 da Lei 8.666/93.
- 3.2. O início dos serviços deve se dar em até 05 (cinco) dias, a partir da expedição da Ordem de Serviço/Solicitação de Fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 4.1. Pela prestação dos serviços previstos neste contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ _____ (____ reais).
- 4.2. A CONTRATADA encaminhará relatório dos trabalhos efetuados, assim como a respectiva nota fiscal de prestação dos serviços à CONTRATANTE, que atestará o recebimento dos mesmos e encaminhará à Contabilidade para que se proceda o pagamento até o dia o 12º dia útil, do mês subsequente ao qual foram efetuados os serviços.
- 4.3. O valor acordado nesta cláusula é considerado completo e deve compreender todos os custos e despesas que, direta ou indiretamente, decorram do cumprimento pleno e integral do objeto deste contrato tais como, e sem se limitar a: materiais, equipamentos, ferramentas, instrumentos, despesas com deslocamentos, seguro, seguro de transporte e embalagem, salários, honorários, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários e securitários, lucro, taxa de administração, tributos e impostos incidentes e outros encargos não explicitamente citados e tudo o mais que possa influir no custo do objeto contratado, conforme as exigências constantes no edital que norteou o presente.
- 4.4. Durante a vigência deste contrato e para o recebimento do pagamento, a Contratada deverá manter a regularidade fiscal e previdenciária.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

1.1 Obrigações da Contratante:

- a) A Contratante obriga-se a proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa executar o objeto da presente licitação de forma satisfatória.
- Efetuar à Contratada o pagamento conforme as condições estabelecidas neste instrumento;
- Notificar à Contratada, através do gestor da contratação, fixando-lhe prazos para correção de irregularidades encontradas no fornecimento dos serviços;





- d) Gerenciar e supervisionar a prestação dos serviços, por intermédio de servidor designado, Fiscal de Contrato Sra. Rosane de Oliveira;
- e) Adotar, em tempo hábil, as medidas convenientes quanto a decisões e providências que ultrapassem a competência da fiscalização;
- f) Fiscalizar os serviços executados, verificando se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os serviços estabelecidos na Cláusula Primeira.

1.2 Obrigações da Contratada:

- a) Responsabilizar-se por todos os serviços especificados no Contrato, de modo a garantir sua plena execução, utilizando equipamentos adequados e pessoal técnico qualificado;
- b) Prestar os serviços contratados de acordo com o estipulado;
- c) Responsabilizar-se pelas despesas dos encargos sociais, previdenciários, tributários, referentes aos honorários da execução dos serviços, despesas com deslocamentos, equipamentos, alimentação e hospedagem e outros que incidam sobre o objeto do presente Contrato.
- d) Emitir relatórios, formulários, gráficos ou tabelas contendo as atividades executadas por paciente a cada 30 dias.
- e) A contratada obriga-se a executar os serviços, objeto deste contrato, ela adjudicada, com qualidade e ainda cumprir e fazer cumprir as exigências técnicas e fiscais.
- f) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, a respeito da execução do contrato sempre que necessário.
- g) Responder pelos danos causados diretamente a Administração Municipal e/ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

- 6.1. A fiscalização da execução dos trabalhos da CONTRATADA será exercida pelo CONTRATANTE, através de agente por ele designado, neste contrato, Sra. Rosane de Oliveira, a qual poderá, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 02 (dois) dias, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas neste Contrato.
- 6.2. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas pelo CONTRATANTE, constituindo tais registros, documentos legais.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL





- 7.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei n° 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.
 - 7.2. A rescisão contratual poderá ser:
- 7.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93.
- 7.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo, desde que demonstrada conveniência para a Administração.
 - 7.3. O presente contrato poderá ser alterado nas condições estabelecidas no art. 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

- 8.1. Sem prejuízo das sanções previstas no art. 7 da Lei 8.666/93, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
 - 8.2. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato:
- 8.2.1. multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento);
 - 8.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato:
 - 8.3.1. multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida;
- 8.3.2. multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
- 8.4. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 8.2.1 e 8.3.1 será o valor inicial do Contrato.
- 8.5. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja fonte de recurso tem a seguinte classificação:

| Projeto/Atividade | Despesa/Ano | Descrição |
|--------------------------------|-------------|---|
| 11.001.08.244.0017.2035.3.3.90 | 86/2023 | Bloco de Proteção Social Básica |
| 11.001.08.244.0017.2036.3.3.90 | 89/2023 | Bloco de Proteção Social Especial de Média Complexidade |

CLÁUSULA DÉCIMA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

10.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência sem a anuência do Contratante.







CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas, SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

| | Catanduvas - SC, | de | de 2023 |
|--|------------------|----|---------|
|--|------------------|----|---------|

JANETE COUTO DE OLIVEIRA Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação CONTRATANTE

CONTRATADA

ROSANE DE OLIVEIRA FISCAL DE CONTRATO

Testemunhas:

01. 02. Nome: Nome: CPF: CPF:









ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA FATOS IMPEDITIVOS

Ref.: PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 0080/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0024/2023

| · | , inscrita no CNPJ/MF sob o n°, da cidade de | |
|--|---|-----------------------------|
| | , portador da Carteira de Identidade | • |
| | , DECLARA, sob as penas da Lei, que até a pre | |
| impeditivos para sua habilitação no posteriores. Por ser expressão de v | presente processo e que está ciente da obrigatorieda erdade, firmamos a presente. | ide de declarar ocorrências |
| | Local, de | de 2023. |

(nome e assinatura do responsável legal) (número da carteira de identidade e órgão emissor)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.





Rua Felipe Schimidt, 1435 | Centro | Catanduvas | SC CEP 89670-000 | Telefone: (49) 3525.6500





ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

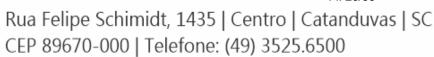
Ref.: PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 0080/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0024/2023

| A | empresa | | | | | | | _, | inscrita | no | CN | PJ/MF | sob | 0 | nº |
|-----|----------------|--------------|--------------|-----------|---------|----------|--------|--------|------------------------|---------|---------|----------|----------|--------|------|
| | | | , por inte | ermédio | o de se | eu repre | esenta | ante I | egal o(a) | Sr.(a) | | | | | , |
| por | tador(a) da C | arteira de l | dentidade r | nº | | | e do (| CPF/ | MF n° | | | , DI | ECLARA | , para | fins |
| do | disposto no in | ciso V do a | rt. 27 da Le | ei no 8.6 | 666, de | 21 de j | unho d | de 19 | 93, acres | cido pe | ela Lei | nº 9.854 | l, de 27 | de out | ubro |
| de | 1999, que nã | o emprega | menor de | dezoito | anos o | em trab | alho r | noturi | no, perigo | oso ou | insalu | bre e nã | io empre | ega m | enor |
| de | dezesseis and | os. | | | | | | | | | | | | | |
| Res | ssalva: empre | ega menor, | a partir de | quatorz | ze anos | s, na co | ndição | o de a | aprendiz | (). | | | | | |
| Por | ser expressê | io de verda | de, firmam | os a pr | esente | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | Loca | al, | _ de | | | | _ de 2 | 023. |
| | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | (núm | • | | | | | ável legal órgão em | , | | | | | |

OBS. Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.











ANEXO V DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Razão Social: Endereço: Cidade/Estado: CNPJ:

Ref.: PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 0080/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0024/2023

| A empresa | , inscrita no CNPJ/MF sob o n° | , sediada a Rua |
|------------------------------------|---|------------------------------|
| | , da cidade de | , por intermédio de seu |
| sócio Administrador Sr | , portador da Carteira de Identidade nº | e do |
| CPF/MF no | , DECLARA, que a Empresa não foi declarada inidône | ea para licitar ou contratar |
| com o Poder Público, em qualquer o | de suas esferas. Por ser expressão de verdade, firmamos | a presente. |
| | | |
| | | |
| | Local, de | de 2023. |
| | | |
| | | |
| | | |

(número da carteira de identidade e órgão emissor)

(nome e assinatura do responsável legal)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.







ANEXO VI

PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)

Ref.: PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 0080/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0024/2023

Apresentamos nossa proposta para prestação dos serviços objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº 0024/2023 acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

| IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE: | |
|-------------------------------|--|
| Razão Social: | |
| Endereço: | |
| Cidade/Estado: | |
| CNPJ: | |
| E-mail: | |

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR) LOTE ÚNICO

| Item | Quant | Unid. | Marca | Descrição | Preço Unit. | Preço Total |
|------|-------|-------|-------|-----------|----------------|----------------|
| | | | | | | |
| | | | | | | |

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

Telefone:

- 1. Validade da Proposta: 90 (Noventa) dias.
- 2. Declaramos que a presente proposta inclui todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da contratação, tais como, custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, transporte, materiais, equipamentos, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro da empresa e quaisquer outros encargos necessários ao cumprimento integral do objeto da presente licitação.

| 2 Z | nrononente d | oclara c | onhacar o | e tarmae | do instrumento | convocatório q | IIA rana a r | aracanta li | icitacão |
|------|----------------|----------|-------------|-------------|---------------------|----------------|--------------|---------------|----------|
| J. r | i proponente u | cuaia u | OHILECEL OF | ס ונכווווטס | uu iiisii uiiieiilu | CONVOCATORIO Q | ue lege a l | יו בסכוונכ וי | iuitayau |

| 4. O preço ofertado permanecerá fixo e irreajustável. | | | | | | | |
|---|---------------------------|---------------------|---|----------------------|--|--|--|
| 5. Responsá | avel pela assinatura do C | contrato: | , | | | | |
| RG: | . CPF: | . Cargo na empresa: | | Dados para pagamento | | | |







| 5. Banco: | , Agência: | Conta: | · | |
|----------------------|---------------------------------|-----------------------------|------------|----------|
| Obs. A conta informa | ada deve estar vinculada ao CNI | PJ da participante da licit | ação. | |
| Obs: A interposição | de recurso suspende o prazo de | validade da proposta até | é decisão. | |
| | | Local, | de | de 2023. |
| | | | | |
| | | Xxxxxxxx | _ | |
| | Rep | presentante Legal | | |



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0080/2023 EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0024/2023 SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO VII

| DECLARAÇÃO DE QUE NÃO INTEGRA SEU EMPREGADO PÚBLICO, MEMBRO COMISSIONA MUNICIPAL, OU PARLAMENTAR I | ADO DE ÓRGÃO DIRET | O OU INI | DIRETO DA AI | DMINIST | | ÃO |
|--|--------------------------|-------------|-----------------|----------|---------|-------|
| Razão Social: Endereço: Cidade/Estado: CNPJ: | | | | | | |
| Ref.: PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 0080/2023 | | | | | | |
| PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0024/2023 | | | | | | |
| | | | | | | |
| A empresa | , inscri | ta no | CNPJ/MF | sob | 0 | n |
| , por intermédio de se | u representante legal o | (a) Sr.(a) | | | | |
| portador(a) da Carteira de Identidade nº | e do CPF/MF nº _ | | , DEC | CLARA, p | oara to | odos |
| os fins de direito, sob as penas da lei, não integra no | osso corpo social, nem n | iosso qua | dro funcional e | mprega | do púl | olico |
| ou membro comissionado de órgão direto ou indireto | da Administração Munio | cipal ou pa | arlamentar de d | qualquer | esfer | a da |
| administração. Por ser expressão de verdade, firmar | nos a presente. | | | | | |
| | | | | | | |

Local, _____ de ____ de 2023.

(nome e assinatura do responsável legal) (número da carteira de identidade e órgão emissor)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.







ANEXO VIII DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Ref.: PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 0080/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0024/2023

| Razão Social: Endereço: Cidade/Estado: | | |
|---|---------------------------------|--------------------------|
| CNPJ: | | |
| Declaramos para fins de atendimento ao que consta do edital d | _ | · |
| de Catanduvas - SC, que a empresa | | |
| conhecimento do Edital e de todas as condições de participa | | · |
| termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as p presente. | penas da Lei. Por ser expressão | o de verdade, firmamos a |
| | | |
| | Local, de | de 2023. |
| | | |

(nome e assinatura do responsável legal) (número da carteira de identidade e órgão emissor)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



Fl. 34/35

Rua Felipe Schimidt, 1435 | Centro | Catanduvas | SC CEP 89670-000 | Telefone: (49) 3525.6500





PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0080/2023 EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO № 0024/2023 SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO "G"

DADOS PARA ELABORAÇÃO DO FUTURO CONTRATO

| DADOS DA EMPRESA: Razão Social: CNPJ/MF: | | | |
|---|---|-------------------|--------------------|
| Endereço: Município/UF: | CEP: | | |
| Telefone: () E-mail: | | | |
| DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (para assina | tura dos documentos legais |): | |
| Nome: CPF: F Endereço: | RG: | | |
| Município/UF: Telefone: () | CEP: | | |
| E-mail: Possui assinatura eletrônica: () SIM () NÃC |) | | |
| Observação de Considerado seis adeia municipal | . A fuir au divisiante do omoro | aa nuanananta | a maama dayará |
| Observação 1: Caso o indicado seja sócio, proprie constar no ato constitutivo ou no contrato social, apre estar expresso seus poderes para exercer direitos e | esentado por ocasião da Habi | ilitação neste pr | ocesso, devendo |
| Observação 2: Caso o indicado seja preposto da e com a delegação de poderes para exercer direitos e a | mpresa proponente, será sol | icitado instrume | ento procuratório, |
| | 0 3 | | |
| | | | |
| | Local, | de | de 2023. |
| | | | |
| | | | |
| | ura do responsável legal) le identidade e órgão emissor) | 1 | |

www.catanduvas.sc.gov.br

Fl. 35/35

Catanduvas

Capital Catarinerse
do Chimarrão